

OS INTELLECTUAIS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: PRODUÇÃO CULTURAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

João Carlos Correia
Universidade da Beira Interior

Resumo

Depois de se afirmar como uma das figuras centrais da cultura desde a Idade Média até meados do século XX, o intelectual confrontou-se com a sua dessacralização e erosão dos padrões de actividade, resultantes da emergência da cultura de massas e, mais recentemente, da sociedade em rede. Com o advento da comunicação mediática, em particular das redes sociais, a referência à razão letrada dá lugar a uma importância crescente ao ícone e ao som e torna possível um tipo de intervenção política por parte dos intelectuais, menos dependente da razão discursiva e argumentativa. Simultaneamente, as mesmas transformações fazem-se sentir ao nível do grau de autonomia crítica em relação ao sistema produtivo que era uma característica atribuída aos intelectuais. Apesar da proletarização destas camadas não ser uma realidade nova, urge saber se se mantém as condições para desempenhar essa função social crítica nas mesmas condições de autonomia e capacidade de influência que lhe foram atribuídas e que, com frequência, se traduziram numa posição social efetivamente influente

Palavras Chave: *Intelectuais* – – *Sociedade da Informação* – *Autonomia* – Crítica – Esfera Publica

Introdução

Um dos primeiros problemas é a definição de intelectual. Bobbio refere-se-lhe como,

“aqueles que, a partir de um determinado período histórico e em circunstâncias determinadas de tempo e de lugar, são considerados os sujeitos a quem se atribui de facto e de direito a missão específica de elaborar e transmitir conhecimentos, teorias, doutrinas, ideologias, concepções do mundo ou simples opiniões, que constituem as ideias ou sistemas de ideias de uma determinada época e de uma sociedade específica”. (Bobbio, 2003: 431; 432).

O substantivo foi usado pela primeira vez em França, por Georges Clémenceau nos finais do século XIX

para descrever aqueles que se batiam ao lado de Alfred Dreyfus, oficial francês de origem judaica acusado de espionagem a favor da Alemanha: Émile Zola, Romain Rolland, Julien Benda, Anatole France. Embora o termo tenha apenas pouco mais de um século, remete para uma problemática antiga que consiste na relação entre as ideias sobre a sociedade e a sua concretização prática.

“Desde a República de Platão, os filósofos têm-se ocupado do que do que eles mesmos fazem e devem fazer na sociedade. O que é recente (...) é a análise sociológica da camada dos intelectuais” (Bobbio, 2003, 459).

Um dos problemas inerentes à definição é o da delimitação do objecto designado pelo conceito, em relação a outros que lhe estão próximos. Embora a distinção entre trabalho manual e intelectual não possa ser esquecida como um elemento estruturante da definição, segundo Bobbio (2003) e Geiger (1949 citado por Bobbio 2003), o que distingue os intelectuais como uma camada social específica é a sua particular relação com a sociedade e a política, o seu compromisso ou empenho em “valores”, “ideais” ou “visões do mundo”.

De acordo com a imagem tradicional, os intelectuais diferenciam-se dos cientistas, na mesma medida em que se opõem ideólogos e peritos. Enquanto os primeiros configuram-se numa racionalidade conforme os valores, os segundos apontam uma racionalidade orientada para fins: uns elaboram os princípios e as propostas e os segundos, os especialistas, sugerem os conhecimentos mais adequados para atingir os fins. Os casos limites serão o “utópico absoluto”, desligado da realidade e das consequências dos seus atos desde que estes estejam configurados segundo os princípios; e o tecnocrata que se limita a definir meios para atingir fins que não discute. Os intelectuais construíram o outro lado da história a partir de uma oposição que se pode chamar de «generalista». Ou criticavam o regime político de um modo em que a política compreendia a sociedade na sua totalidade, ou, então criticavam a economia conferindo-lhe um carácter totalizante (Santos, 1999:162).

Por outro lado, os intelectuais deverão distinguir-se dos artistas dado, mais uma vez, o foco que o conceito coloca nas opiniões, ideias, nas concepções do mundo e ideologias. Os intelectuais desempenham uma função crítica ou legitimadora em relação ao poder. É verdade que, numa aceção relativamente lata do termo intelectuais, incluem-se os artistas, os poetas, os romancistas mas, quando se discute a relação entre cultura e política, nem todos integram uma categoria relevante para a reflexão sobre intelectuais,

Um artista tem sempre um compromisso

com o trabalho intelectual, mas o núcleo semântico do substantivo “intelectual” remete para um “sistema de ideias” ou, ao menos, para a formulação de opiniões. Por isso, nem todos os artistas se podem considerar como intelectuais a não ser num sentido lato, embora a história da cultura nos dê em todos os séculos nomes de artistas que se destacaram também pela produção ou defesa de ideias que visavam a participação social e política: Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Antero de Quental, Émile Zola, Éluard, Pablo Neruda, Mayakowsky são exemplos de artistas que são criadores de mundos e transformadores de sociedades, uma associação de ideias que é frequentemente relacionada com a própria concepção de intelectual. Se tal é frequente na literatura, também sucede na música ou em outras formas de artes: Chopin, os “músicos de intervenção”, Frida Kahlo, Pablo Picasso, Riviera, Godard, Eisenstein e Leni Riefenstahl ajudam a exemplificar este tipo de relação.

Em suma, podem afirmar-se três características da imagem tradicional do intelectual. a) a sua participação no debate de ideias e opiniões sobre a configuração da sociedade. Esta característica está relacionada com o exercício de uma autonomia crítica que é entendido de modos diferentes ao logo de controvérsias a que adiante se alude; b) a relação distante com um saber directamente focado apenas na obtenção de fins que o distingue do especialista e de técnicos; c) e uma relação ambígua com a racionalidade estética e com a arte. Se muitos intelectuais são artistas, há uma tendência na análise do conceito para acentuar que é a sua peculiar condição de produtores de opinião que os distingue. Temos assim o intelectual letrado, que procura explicar a sociedade ou delimitar conceitos relacionados com o bem comum, e o artista – intelectual que é dotado de capital simbólico resultante da sua competência estética e que faz incursões mais ou menos frequentes no território do intelectual letrado. Esta distinção em relação aos artistas tem duas peculiaridades: a) o artista pode, ocasionalmente, assumir, de modo explícito, o lugar de fala do intelectual produtor de opiniões, reformador, polémico e analista, proponente de ideias e transformações sociais; b) desde sempre, o homem usou recursos simbólicos de natureza estética para reflectir sobre a sociedade e o mundo, através da arte. Não se pode retirar as oratórias de Bach, os quadros de Goya e toda a poesia humana do universo de reflexão sobre a condição humana, a relação com a sociedade e com o universo, etc. Aceitando esta observação, todos seríamos intelectuais na medida em que todos compartilhamos na construção da mundovisão de uma certa época. Sob o ponto de vista de criação de um tipo-ideal referente a uma determinada camada social identificável pela sua função, este percurso seria estéril. Não ajudaria a

explicar como uma determinada camada se configurou na sua relação com o poder, com a técnica, com a economia e com a cultura.

Apesar de tudo, o intelectual surgiu quase sempre relacionado com as ideias e os argumentos o que o confinou a um longo período de identificação com a palavra. A oposição habermasiana entre racionalidade estética e expressiva centrada na arte, a racionalidade cognitivo-instrumental centrada no conhecimento objectivo e a racionalidade-prático-moral centrada nas normas e valores (Habermas, 1994, 3) ainda testemunha, na reflexão filosófica das últimas décadas, a antítese entre a racionalidade vigente no debate de ideias, a racionalidade presente na pesquisa científica e a racionalidade presente na criação artística.

Uma das consequências da cultura de massas foi tornar mais evidente a erosão desta divisão tradicional. Muita da participação cívica dos intelectuais conheceu uma deslocação permanente da literatura e das palavras para outros domínios de expressividade. Esta deslocação tornou-se particularmente visível com a fotografia, o cinema e a música e conheceu um recrudescimento com as novas tecnologias.

Do mesmo modo, nas novas condições criadas na sociedade pós-industrial, em face das mudanças verificadas na relação entre o saber e o sistema produtivo, bem visíveis na Universidade (*alma mater* dos intelectuais) importa saber se a distinção entre o intelectual como um pensador “generalista”, de um lado, e os peritos e cientistas, por outro, se mantém válida.

I

A partir das primeiras décadas do século XX, a cultura de massas e a indústria cultural foram indicadas como responsáveis pela erosão do universo clássico onde florescera grande parte da cultura intelectual ocidental.

Um dos primeiros aspetos da crítica formulada à cultura de massas disse respeito à forma típica de racionalidade vigente no capitalismo. Marx já previra que, com a redução de todos os produtos e atividades ao seu valor de troca, a estrutura da mercadoria passaria a funcionar como modelo genérico para todas as relações na sociedade, invadindo as próprias relações pessoais, emocionais, sexuais, e as relações com a cultura e com a arte. A Escola de Frankfurt denunciou entre os anos 40 e 60 o triunfo da instrumentalização associada ao processo produtivo e a colonização da atividade crítica pelo utilitarismo dominante: o projeto político ligado ao universo tecnológico do capitalismo “molda todo o universo da palavra e da acção, a cultura material e a cultura intelectual” (Marcuse, 1968:19).

Contemporaneamente, assistiu-se à

emergência da ciência e da técnica como elementos fundamentais em que os agentes especializados ficam dependentes do processo produtivo. (Santos, 1996: 200). Com a crise do modelo-industrial de desenvolvimento e a mobilização do conhecimento pelo sector produtivo, acentuam-se a recomposição das categoriais sociais subalternas, a proletarização das profissões intelectuais e a intelectualização do trabalho manual (Santos, 1996: 198). Na sociedade da informação, também referida por capitalismo informacional ou cognitivo, o conhecimento especializado, a profissionalização da vida intelectual, motivada pelas mudanças verificadas da função social da academia conduziram os intelectuais a uma relação mais intensa com os sistemas político e económico que servem de envolvimento às instituições em que trabalham. Os intelectuais deixaram de ser vistos como os proponentes generalistas de verdades universais e viram ser-lhe exigidas soluções e pontos de vista particulares pensados em função de fins pré-determinados (Furedi, 2005: 43-45).

Este desenvolvimento generalizou-se em torno de uma cultura aberta à imagem e à música, ainda que tendo a literatura no centro da memória histórica que a suportava. Finalmente, desde a introdução de elementos reprodutíveis sucedem-se uma série de consequências que afetam a cultura: há uma crise da autoria individual em face de formas de arte que cada vez mais remetem para a organização colectiva do trabalho: cinema, música, televisão, teatro. Assistiu-se ao recuo da relação com a escrita e com a literatura e ao predomínio de outras formas (música e cinema), recuo este que é identificado como uma crise da cultura humanista.

Um dos momentos críticos mais analisados e dissecados foi a crise da escrita e da leitura: as hierarquias da página impressa – uma das normas definidoras da cultura intelectual- foram ultrapassadas por impulsos que circulam cada vez mais apressadamente por circuitos (cf. Birkerts, 1994: 3). O significado de ler e de escrever mudou completamente: esta experiência milenar de escrita e de leitura e o seu fim é encarada não apenas como mais uma simples mudança, mas antes como uma mudança paradigmática ou sistémica. Esta não tem apenas a ver com a tecnologia mas com a natureza cada vez mais contingente da sociedade saída da II Grande Guerra. (Birkerts, 1994: 16). A leitura deixa de ser algo similar a uma experiência viva para passar a ser uma experiência puramente académica: ou seja, os seus destinatários não entendem as experiências sobre o que os autores escrevem. O motivo principal da iliteracia de muitos jovens reside no acto de eles estarem ocupados com música, televisão e vídeos, e com dificuldade em se concentrarem em prosa de qualquer densidade que consideram arcaica e pretenciosa e que é constituída por

alusões e segundos sentidos que não apreendem

A preocupação estendeu-se nesse sentido às ciências sociais e às humanidades em geral. Qual é a fonte de sentido de onde provém a experiência e a especificidade das humanidades, as quais tornam possíveis os intelectuais tal como os pensamos (ainda) até há cerca de duas décadas atrás? O assunto prende-se com a questão dos intelectuais, mas vai mais longe: toca na redefinição dos saberes e na hierarquia de importância dos mesmos, no papel da academia e no futuro da cultura.

II

Existem outros desenvolvimentos que têm sido menos observados e que justificam uma atenção mais cuidadosa à relação dos intelectuais com a sociedade da informação.

a) Desde logo, continuou, em termos diversos, a existência de uma prática crítica desenvolvida por intelectuais na sociedade da informação que reage às configurações induzidas pelo novo médium. A nova geração de tecnologias facilitou o envolvimento dos cidadãos na observação e interpretação dos acontecimentos. A globalização atingiu a Europa de vários modos mas podem-se identificar alguns traços merecedores de atenção: a) diminuição da mobilidade social, atingiu uma geração de jovens de classe média que se distinguem pelas suas competências culturais e tecnológicas; b) Proletarização de quadros qualificados tecnologicamente, dotados de capital cultural e de criatividade; c) Circulação de meios e plataformas adaptáveis a formas de intervenção política mais flexíveis; d) Proliferação de novos discursos que já suscitavam a adesão de intelectuais e criativos sensibilizados para a produção de opiniões e para a intervenção política (ao nível do vídeo e do cinema), mas que se tornou mais evidente com as redes sociais e a Web 2.0. O ativismo na NET recrudescer nos últimos anos, acompanhado por uma reflexão intelectual específica pelas suas próprias guerras de cultura, ideologias e controvérsias

Em meados de 90, a ênfase discursiva focou-se em torno dos tecno-libertários, oscilando em torno da cultura *underground* e da agenda libertária da direita, centrada na desregulação estatal e no impulso ao mercado dinamizada por Gorges Gilder como ideólogo e Newt Gingrich como protagonista político. A ideologia californiana como ficou conhecida no período que precedeu o *crash* das “dot.com” foi um misto de cibernetica social, darwinismo digital, teoria económica neoliberal e libertarismo contracultural, em larga medida popularizada por revistas como a *Wired* e *Fast Company*,

principais armas de intervenção ideológica. (Lovink, 2009, 11) A crítica dos anos 60 ao Estado, protagonizada por uma parte da então chamada Nova Esquerda, articulou-se de forma imperfeita e contraditória, mas eficaz, com a agenda libertária de uma parte dos novos Movimentos de Direita.

Os estudos críticos sobre Internet propuseram um modelo agonístico em relação à cultura da rede. Este modelo traduziu-se na insistência da crítica à versão mais ou menos romantizada do consenso veiculada quer pela ideologia *New Age* quer pela ideologia tecno-liberal. O *software* passou a ser estudado e analisado como um campo de relações sociais em que se desenvolve o discurso *online*.

Este tipo de estudos desenvolveu controvérsias contra alguns autores de referência como Castells, acusados de evitar a desconstrução do discurso hegemónico tecno-libertário sobre a rede (cf. Lovink, 2009: 21). Os analistas “devem desconstruir as diferentes e crescentes colisões de culturas e fações dentro da Internet” (Lovink, 2009, 32). Este pragmatismo crítico está na origem de uma posição negativa em relação a obras que desenvolvam especulações futuristas e que, simultaneamente, parecem ignorantes dos assuntos de *software*, confundindo os problemas reais com motivos da cultura popular sobre a realidade virtual (Lovink, 2009 35).

A nova agenda do *Net Criticism* despoletou debates sobre os regimes de propriedade do *software*, os riscos corporativos, o “digital divide”, a diversidade cultural e linguística, a busca de parceiros para um modelo económico sustentável para uma força de trabalho maioritariamente independente, a economia política da Net e a política de atribuição de nomes aos domínios. Desenvolveram um conjunto de manifestos e de plataformas de expressão em que defendiam a generalização de práticas democráticas para a Internet, através da criação de estruturas independentes e da discussão de regimes de propriedade.

b) Um dos aspetos interessantes da evolução dos estudos da Internet foi a recusa de uma divisão intransigente entre conhecimento técnico e conhecimento especializado. Muitos dos estudos sobre Internet admitem que o novo intelectual – algo do qual só existe ainda uma ideia algo indeterminada - estará equipado com competências técnicas crescentes, movendo-se livremente entre bases de dados, motores de busca e ambientes hipertextuais.

O problema não consiste na existência deste diálogo, mas na formulação das condições económicas e sociais em que o mesmo decorre: os novos intelectuais

já não são empregados do Estado nem servidores de uma ideologia mas, com frequência, a sua aparente autonomia enquanto *freelancers* fazem do seu estatuto algo que não é uma opção, mas um refúgio contra a pobreza e a proletarianização. Nesse sentido, a figura do intelectual legislador que ocupou o século XX até quase ao seu ocaso, parece consideravelmente ameaçada, em maior ou menor grau.

Todavia, mesmo neste plano, estamos longe de uma situação em que seja fácil identificar um percurso linear. Apesar da sua configuração teórica ainda ser objecto de controvérsia, os estudos críticos de Internet pretendem conferir ao perfil do intelectual uma marca realista cujo propósito na sociedade em rede é antecipar e configurar os produtos provenientes das tecnologias da informação, bem como analisá-los sob o ponto de vista sociológico, que passa pela análise da agenda política, económica e cultural subjacente aos novos meios.

Assim, um conhecimento crítico terá de incluir um conhecimento especializado que tem como objecto de partida o conhecimento do *software* e do *hardware* e o funcionamento das redes, rejeitando quer os riscos populistas do anti-intelectualismo, quer o pessimismo partilhado por intelectuais humanistas: “A Internet é um projeto em aberto. Contrariamente a George Steiner, penso que ainda é possível haver começos”. (Lovink, 2009-24).

c) Finalmente, a relação entre racionalidade estética e técnica é motivo de análise. O significado da relação entre as tecnologias particulares e a existência de uma forma de expressar e de pensar tornou-se mais visível, embora ela tenha estado sempre presente na história da cultura. A diabolização da técnica pode falhar o ponto essencial do debate. O que pode preocupar os que se debruçam sobre a internet não é a existência de um diálogo entre duas culturas referidas no diagnóstico clássico desenhado por Snow como uma dicotomia entre a cultura representada pelos cientistas por um lado e uma cultura representada pelos literatos por outro que constituiriam uma espécie de “Luditas natos”.

O recurso ao computador como instrumento de produção artística não é uma realidade recente: por exemplo, os *plotter* concebidos para engenheiros e desenhadores foram apropriados para usos estéticos nos anos 60 e, desde então, assistiu-se à sua ampla divulgação entre rotinas de produção, aos níveis mais diversos. O primeiro passo deste percurso teve a ver sobretudo com a eficiência (uso de novos utensílios para realizar rotinas e tarefas pré-existentes) e capacidade de armazenamento de dados. Não se trata de algo inócuo, pois introduz a abundância distributiva, mas não altera

necessariamente a obra na sua configuração estética. O segundo passo teve a ver com a consideração de consequências específicas mais ou menos significativas em domínios artísticos que se mantiveram reconhecíveis nos seus limites, embora adiciassem mudanças mais ou menos significativas: por exemplo, a escrita e a pintura conheceram transformações mas a sua natureza essencial manteve-se enquanto formas estéticas que se continuam a reconhecer como “escrita” e «pintura». . Finalmente, há que referir aparecimento de novas formas de artes batizadas de artes digitais, que incorporam novidades resultantes das tecnologias da realidade virtual, da hipertextualidade e da interatividade, abrindo caminhos inovadores na relação entre a técnica e arte (Ver, por exemplo, Lopes, 2004, 106-116). Torna-se hoje visível a referência a um meio composto por iniciativas não lucrativas, organizações culturais que se encontram no cruzamento das artes performativas, movimento sociais, cultura *pop* e pesquisa académica que buscam intervir e contribuir para o desenvolvimento de novos *media* (Lovink, 2009: 17).

Sob inspiração dos trabalhos de Certeau, estes movimentos e seus teóricos referiram o encontro de arte, ciência e tecnocultura, como pontos de partida para abordagens interdisciplinares de renovação do discurso (Lovink e Schneider, s/d). A criação destes grupos (curadores, artistas, programadores) apela à libertação de gramáticas e de léxicos diferenciados, marcados pelo hedonismo, pela ironia, pela intertextualidade e pelo dialogismo, que favoreçam a aparição de novas linguagens dissidentes para a participação política. Algumas correntes de ativistas e artistas presentes na Internet prolongam a expressão de um certo estágio da contracultura europeia (media alternativos, grupos artísticos que recorriam a experiências com media) quando esta se cruzou com a emergência da Internet (Lovink, 2002). Esta convergência suscitou, sob fórmulas diversas, uma nova poética e uma nova retórica da dissidência e mais recentemente encontrou expressão novas práticas sociais aplicando tecnologias, expressando pontos de vista em que convergem a mudança social e inovação estética.

O resultado e os traços desta correntes são suscetíveis de serem observáveis na rede : sítios como *nettime* em Francês, Português, Espanhol, Romeno, Chinês e Japonês, onde é possível encontrar livros, debates, eventos discussões e ensaios acerca das relações entre artistas e curadores e sua participação na intervenção política digital: Aajiao (Xu Wenkai) que reúne blogueiros, artistas digitais e *developers* de software livre; SPECTRE – um canal de troca de informações práticas relacionadas com eventos,

projectos e sobre o desenvolvimento da arte, da cultura e da política na Europa; Rhizom, dedicada à preservação e crítica de práticas artísticas emergentes que envolvem novas tecnologias, contendo milhares de projectos de todas as partes do mundo que recorrem a novo software ou Xchange, um canal de informação acerca de uso do áudio na net e que se concentra na exibição e apresentação de projectos “net-áudio”, o qual surgiu quase em imediato com a adoção da tecnologia *streaming*.

d) A importância da racionalidade estética não focada na argumentação nunca significou a erosão da crítica, mas antes a descoberta da diversidade da sua realização. Os espaços de publicidade crítica (especialmente os espaços públicos subalternos) sempre foram múltiplos, fragmentados, fugidios e problemáticos e acompanhados de uma sensibilidade iconoclasta, usando a imaginação e, frequentemente, a ironia, o humor, como instrumentos de desconstrução social (Fraser in Sheller, 2002; Correia, 1996; Hazard, 1974; Silva e Garcia, 2011). Alguns autores recorreram frequentemente à técnica de reapropriação de textos (*déroutement*) praticada pelos Situacionistas com uma lógica de participação colectiva na obra, que passava pela interrogação dos limites da arte: a ludicidade e o humor fizeram parte desta orientação. Porém, a permeabilidade do ativismo político às esferas públicas culturais e a conseqüente dimensão da racionalidade expressiva, apesar de ser uma constante historicamente documentada (presente no século XVIII, nos movimentos revolucionários modernos e acentuada nas formas de contestação da segunda metade do século XX que, desde as barricadas de Paris até ao Muro de Berlim, se apropriaram dos produtos de massa ou da cultura de vanguarda) foi pouco considerada nas propostas analíticas de esfera pública, mais centradas no império das letras. Trabalhos recentes sobre as várias formas de contestação que cruzam a Europa e os EUA testemunham o recurso a práticas estéticas digitais que convivem com as novas culturas urbanas na geração de novos espaços públicos.

Conclusões:

Apesar da dificuldade de extrair conclusões podem-se admitir hipóteses a partir dos quais é preciso lançar novas questões e percursos de pesquisa:

1- Os intelectuais continuam a desenvolver uma reação crítica sobre a sociedade. Depois de um período em que a euforia digital, os desenvolvimentos da sociedade pós-industrial e as reflexões dos próprios

intelectuais pareciam apontar para uma celebração do seu próprio fim, o mal-estar crítico proveniente da ideia de que a história não estava concluída faz o seu reaparecimento. Esta relação de tensão é necessariamente normativa e parece difícil de apagar face aos desenvolvimentos recentes. Os intelectuais têm o seu momento de autoridade numa frecha que se abre entre o princípio da realidade e o princípio da esperança e onde intervém a racionalidade pratico-moral. Apesar da realidade predominante ser a precariedade da mão-de-obra intelectual e a subordinação da ciência e do conhecimento aos sistemas produtivos, existe a ideia de que esta subordinação já se revelou mais pacífica, nomeadamente quando no final dos anos 90, a nova economia parecia funcionar como uma espécie de última e definitiva resposta. Por outro lado, a relação com o sistema produtivo pode não ser deterministicamente configurada como uma relação de subordinação mas antes criar formas de autoria e propriedade que se desenvolvem numa direção colaborativa.

2- Finalmente, a questão do conhecimento e da sua fragmentação ou especialização não é menos complexa. As formas de racionalidade nunca constituíram ilhas isoladas. O intelectual pode descobrir nas relações entre cultura e realidade, um novo caminho para a materialidade das ideias que implica uma atenção especial a uma pluralidade de saberes e às formas de estes se relacionarem entre eles. Também aqui existe algum essencialismo. A história da cultura ocidental demonstra que a especialização constituiu um momento dessa história. A existência de intelectuais predominantemente centrados numa racionalidade discursiva corresponde a um momento particular. Na verdade, a visão do intelectual sem sentido prático, que lê e escreve e é completamente destituído de racionalidade estratégica e instrumental também constitui um estereótipo. O utopista que não mede as consequências dos seus atos ou o tecnocrata sem preocupações pratico-morais existem, mas são figuras que resistem quer à ideia funcional quer à ideia moral do intelectual, estando aliás, nas origens de diversas formas de perversão política, nomeadamente fanatismo e autoritarismo.

3 - Assim, o que se exigirá ao intelectual (e, já agora, às instituições que o formam) é uma sensibilidade para a pluralidade de jogos de linguagem presentes e passados que constituem a nossa cultura. Esse cosmopolitismo tem que implicar cultura e abertura à história; sagesa e consciência das limitações; audácia para aprender e distanciamento para se manter comprometido com o conhecimento sem nunca perder a natureza prática a que o mesmo se destina, capacidade

para interrogar os fins, isto é para questionar a polis.. Haverá que lembrar, pois, que a Internet é um continente em aberto onde é possível lançar novos começos.

Referências Bibliográficas

Adorno, Theodor e Horkheimer, Max, *Dialectic of enlightenment*, London, Verso, 1995.

Aron, Raymond, *L'Opium des intellectuels*, Paris. Pluriel, 2010.

Benda, Julien, *La trahison des clercs*, Editions Grasset, Paris, 2003.

Bobbio, Norberto, *O Filósofo e a política*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2003.

Castells, Manuel. *The Internet galaxy: Reflections on the Internet, business and society*. Oxford: Oxford University Press, 2001..

Day, Richard J.F., *Gramsci is dead*, Pluto, 2005.

Fukuyama, Francis, *The end of history and the last man*. Free Press, 1992

Gramsci, António, *Quarderni del carcere*, Vol. III, Torino, Einaudi, 1977

Glucksmann, André, *Os mestres pensadores Lisboa*., Dom Quixote, 1996.

Habermas, Jurgen, *The theory of communicative action*, Vol 1. Reason and the functionalization of society, Boston, Beacon Press, 1994

Hazard, Paul, *O pensamento europeu no século XVIII (De Montesquieu a Lessing)*, Lisboa, Presença., 1974,

Hitchens, Christopher. *Love, poverty, and war: journeys and essays*. Thunder's Mouth, Nation Book, 2006

Hitchens, Christopher. *A long short war: the postponed liberation of Iraq*. Plume Books, 2003.

Jacoby, Russell, *The last intellectuals: American culture in the age of Academe*, Basic Books 2000,

Jacoby, Russell. *The end of utopia: politics and culture in the age of apathy*. Basic Books, 1999.

Le Goff, Jacques, *Los intellectuals en la Edad Media*,

Barcelona, Gedisa, 1996.

Lyotard, François, A condição pós-moderna, Lisboa, Gradiva, 1989.

Lopes, Dominique McIver, «Digital art» in Luciano Floridi (ed.), The Blackwell Guide to Philosophy of Computing and Information, Blackwell Publishing, 2004.

Lovink, Geert & Schneider, Florian (s/d), «A Virtual world is possible. From tactical media to digital multitudes» in Artnodes, Intersections between arts, sciences and technologies Available at www.uoc.edu/artnodes/espai/eng/art/lovink_schneider0603/lovink_schneider0603.html

Consultado pela última vez em 13 de Agosto de 2013.

Lovink, Geert, Dark fiber: tracking ~critical internet culture. MIT Press, 2002.

Lovink, Geert. *Dynamics of critical internet culture (1994-2001)*, Amsterdam, Institute of Network Cultures, 2009.

Marcuse, Herbert, Reason et révolution, Paris, Les Editions de Minuit, 1968..

Oliveira, Teresinha, Origem e memória das universidades medievais a preservação de uma instituição educacional in VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.113-129, Jan/Jun 2007

Santos, João Almeida, Os Intelectuais e o poder Lisboa, Fenda, 1999.

Santos, João Almeida, Hommo Zappiens: o feitiço da televisão: Editorial Notícias, 2000.

Silva, Patrícia e Garcia, José Luís «YouTubers as satirists. Humour and remix in online video» in P JeDEM 4(1): 89-114, 2012.

<http://www.jedem.org> CC: Creative Commons License, 2012.

Steiner, George, Sobre a dificuldade e outros ensaios,, Lisboa, Editorial Gradiva, 2013.

Weber, Max, O Político e o cientista, Editora Presença, 1979.

Williams, Raymond, The Sociology of culture, The University of Chicago Press, 1981.